

**ORAÇÕES REDUZIDAS DE INFINITIVO NO PORTUGUÊS ARCAICO: DOS  
DIÁLOGOS DE SÃO GREGÓRIO AO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**INFINITIVAL CLAUSES IN OLD PORTUGUESE: FROM *DIÁLOGOS DE SÃO  
GREGÓRIO* TO BRAZILIAN PORTUGUESE**

**Heloísa Maria Moreira Lima Salles**

Professora da Universidade de Brasília, Brasil  
Pós-doutorado em linguística pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil.  
Doutora em Linguística pela University of Wales, País de Gales  
e-mail: [hsalles@unb.br](mailto:hsalles@unb.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4190-1804>

**Rozana Reigota Naves**

Professora da Universidade de Brasília, Brasil  
Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil  
e-mail: [rnaves@unb.br](mailto:rnaves@unb.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7517-0010>

**Eloisa Nascimento Silva Pilati**

Professora da Universidade de Brasília, Brasil  
Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil  
e-mail: [eloisapilati@gmail.com](mailto:eloisapilati@gmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2895-5557>

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.23474>

Recebido em 23 de abril de 2019

Aprovado em 10 de junho de 2019

**RESUMO:**

Investigam-se as orações reduzidas de infinitivo no português arcaico, considerando sua manifestação nos *Diálogos de São Gregório*, texto representativo desse período. A análise contempla a distribuição sintática do infinitivo flexionado em oposição ao infinitivo sem flexão, estendendo a discussão para a ocorrência dessa categoria no português brasileiro. Por meio da sócio-história do português brasileiro, argumenta-se que, a despeito das propriedades inovadoras em relação ao sistema pronominal e flexional, o infinitivo flexionado se mantém produtivo nessa língua.

**Palavras-Chave:** infinitivo flexionado; português arcaico; português brasileiro

**ABSTRACT:**

We investigate infinitive reduced clauses from Old Portuguese, taking into consideration its manifestation in the *Diálogos de São Gregório*, a representative text of this period. The analysis contemplates the syntactic distribution of the inflected infinitive as opposed to the uninflected infinitive, extending the discussion to the occurrence of this category in Brazilian Portuguese. Providing a sociohistorical approach to the development of Brazilian Portuguese, it is argued that,

in spite of the innovative properties regarding the pronominal and the inflectional systems, the inflected infinitive remains productive in this language.

**Keywords:** inflected infinitive; Old Portuguese; Brazilian Portuguese

## INTRODUÇÃO

O presente estudo examina a sintaxe do infinitivo (flexionado) no português arcaico, tomando por base dados colhidos no documento *Diálogos de São Gregório*, considerado representativo da primeira fase do período em questão, que se estende entre o século XII e o século XIV. Adotando perspectiva diacrônica, a análise investiga as condições que determinam a permanência dessa categoria no sistema gramatical do português brasileiro, a despeito das mudanças observadas na língua transplantada para a América, as quais afetam crucialmente o paradigma flexional do verbo, na relação com o sistema pronominal.

Conforme reconhecido amplamente na literatura, a língua, na primeira fase, é designada ‘galego-português’, por sua manifestação histórica na região em que originalmente se instalaram o Condado Portucalense e o Condado de Galiza. Posteriormente, mediante as circunstâncias em que se originou o reino de Portugal, foi levada para o sul (Said Ali, [1921] 2001; Teyssier, 1982; Maia, [1986] 2017; Haüy, 1988; Paiva, 1988; Castilho [s/d], entre muitos outros). De fato, a chamada Reconquista foi o movimento que desencadeou, a partir do noroeste da península, a retomada da região aos árabes. Essa reação, empreendida pelos reis cristãos visigodos, a partir da região noroeste da península (Galiza), em direção ao sul, durou oito séculos e produziu, pelo lado ocidental, o fato histórico da fundação do reino de Portugal, no século XII.

Esse processo propiciou a formação de relações geopolíticas, na Península Ibérica, que se mantêm relativamente estáveis até os dias atuais, com consequências relevantes para a formação das línguas faladas na região, em que se destacam o português e o castelhano, como línguas vinculadas aos estados nacionais de Portugal e Castela (hoje Espanha), assim como o galego, o leonês, o aragonês, o catalão, o valenciano, o mirandês, todas identificadas pela origem românica e pela tradição cristã, que prevaleceram cultural e politicamente em relação ao domínio árabe (cf. Teyssier, 1982).

A questão linguística, por sua vez, passa pelo complexo problema da mudança linguística, considerada uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos, em consonância

com fatores externos (Roberts, 2006). Esse fenômeno é de caráter não apenas diacrônico, mas também diatópico. Enquanto o primeiro se inscreve no tempo, o segundo se desenvolve no espaço, cada um convergindo para o surgimento das variedades dialetais, que, por sua vez, se afirmam nas esferas políticas e sociais como variedades de alcance nacional ou regional/local. Com relação à dicotomia galego-português e português, não é diferente, com implicações para a designação dos períodos históricos da língua:

Esse enfoque para a questão da subperiodização não é apenas baseado na produção literária (...), mas tem a ver com a possível diferenciação dialetal da língua falada a que se poderia opor uma primeira fase do período pré-moderno, em que haveria uma unidade galego-portuguesa, refletida na documentação escrita, e uma segunda fase em que se poderia definir a distinção entre o diassistema do galego e o do português. (Mattos e Silva, 2006, p. 23).

Na rota da expansão marítima portuguesa, pelo lado da América, dá-se a formação do português brasileiro (PB), a partir do século XVI, que tem seus primórdios no contato entre:

1. o português (arcaico) falado pelo colonizador – seja a elite político-administrativa, integrada pelos donatários das terras, seja o contingente de colonos (trabalhadores, degredados);
2. As línguas indígenas – notadamente o Tupinambá (família Tupí-Guaraní) e as línguas gerais (*Língua Geral Paulista; Língua Geral Amazônica ou Nbeengatú*);

Como grande parte dos colonos vinham para o Brasil sem mulheres, passaram a viver com mulheres indígenas, com a consequência de que a Língua Brasília (isto é, o Tupinambá) veio a ser a língua materna de seus filhos (...) Foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da Língua Brasília como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios Tupinambá e outros índios incorporados às missões [jesuítas], às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial (Rodrigues, 1986, p. 101).

3. As línguas faladas pelos africanos trazidos como escravos, particularmente do grupo linguístico Banto, distribuídos em condições desfavoráveis ao seu uso funcional. De acordo com Houaiss (1985, p. 77-78), “(...) os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e linguisticamente.”

Na convergência desses fatores (externos), tem-se um processo histórico complexo, em que não vamos nos deter, a não ser para reiterar os fatores determinantes da colonização portuguesa no estabelecimento de uma ordem político-linguística, pela qual o português prevaleceu sobre as demais línguas presentes no contato entre povos e nações ali presentes, tornando-se língua majoritária no território brasileiro. É assim que do multilinguismo generalizado passou-se ao multilinguismo localizado, o que propiciou a emergência de uma língua nacional (Silva Neto 1979; Mattos e Silva, 2004: 20-1).

A partir da segunda metade do século XVIII, a política linguística e cultural instaurada pelo Marquês de Pombal abriu caminho para o surgimento do português brasileiro. Com a expulsão dos jesuítas — diante da independência de Portugal em relação ao domínio espanhol — e a determinação do uso obrigatório do português nos documentos oficiais e na escola (implantação da educação leiga), ocorre o colapso dos usos funcionais da língua geral, de base indígena, que se estabelecera no ambiente familiar com as uniões entre portugueses e mulheres indígenas, e adotada na catequese dos índios pelos jesuítas. Apesar das forças coercitivas no sentido de afirmar a língua portuguesa, a diferenciação é inevitável, em face da amplitude territorial (variável diatópica) e das especificidades regionais e locais, que traçam o perfil do contato linguístico e das relações socioculturais (variável diastrática). Conforme observa Mattos e Silva (2004, p. 21), “a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas, em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro”. Nesse contexto, o conhecimento da língua portuguesa passa a ser decisivo para a navegação social, o que torna a língua “um dos instrumentos de que se servia o colonizador para manter sob controle a rígida estrutura socioeconômica colonial” (Faraco, 2016, p. 81).

O crescimento gradativo dos centros urbanos e a ampliação da economia rural com a ocupação das zonas interioranas tornam-se, nos períodos subsequentes, fatores determinantes para o surgimento do português brasileiro (doravante PB). Apesar dos contrastes dialetais, merece referência o caráter unificado de certas inovações, em relação ao português europeu (este também, marcado por mudanças). Um trabalho pioneiro no sentido de identificar as propriedades inovadoras do PB é o de Fernando Tarallo [1989], citado em Kato; Tarallo (1993/2003), que, por meio de dados reais de fala e também de dados diacrônicos, compilados e analisados pela metodologia da Sociolinguística variacionista (Labov, [1972]/2008), apontou as seguintes propriedades inovadoras:

- a) O rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos e sujeitos lexicais;<sup>1</sup>
- b) As mudanças nas estratégias de relativização como consequência da mudança do sistema pronominal;<sup>2</sup>
- c) A reorganização dos padrões da ordem básica – perda da ordem VS;<sup>3</sup>
- d) Os padrões sentenciais inovadores em perguntas diretas e indiretas.<sup>4</sup>

Dado o referencial teórico adotado neste trabalho, a emergência dessas propriedades resulta, por hipótese, do contato de línguas, tal como descrito acima, em interação com as restrições da Gramática Universal, conforme originalmente proposto no âmbito da Teoria de Princípios de Parâmetros (Chomsky 1986; 1995) e nas abordagens da mudança linguística nesse modelo teórico (Roberts 2007).

O presente estudo desenvolve-se no âmbito dessa hipótese, tomando-se como referência a relação entre o português arcaico e a formação do português brasileiro, tendo em vista que a língua arcaica foi a variedade linguística transplantada para o território nacional no início da colonização. Conforme mencionado, o estudo orienta-se para a análise das estruturas de infinitivo (flexionado), presentes na língua arcaica, conforme se depreende dos estudos linguísticos dos documentos medievais, e sua manifestação no português brasileiro, a despeito das profundas transformações ocorridas. A permanência da sintaxe do infinitivo flexionado no português brasileiro é uma evidência de que a reanálise do sistema pronominal não leva à perda dessa categoria, embora tenha afetado a sintaxe do sujeito, que passa a ter essa posição preenchida com um pronome lexical (não enfático) (ver

<sup>1</sup> Trata-se da propriedade das línguas naturais de expressarem foneticamente (ou não) as categorias nominais em função sintática de sujeito e objeto, o que está representado nos dados a seguir pelo símbolo  $\emptyset$  em oposição ao sujeito lexical. Em seu desenvolvimento, o PB passou a apresentar elementos nulos na posição de objeto do verbo em mais contextos sintáticos do que no português europeu (PE) — cf. (i) —, além de sujeitos foneticamente realizados com interpretação não marcada (sem ênfase), enquanto no PE o sujeito pronominal tem leitura marcada (em caixa alta) — cf. (ii):

(i) A: - Onde está o Pedro? B: - O João **o** viu no mercado. (PE)/ João viu  $\emptyset$  no mercado. (PB)  
 (ii)  $\emptyset$  vi o Pedro./ EU vi o Pedro (PE); Eu vi o Pedro. / EU vi o Pedro (PB)

<sup>2</sup>A estratégia canônica de relativização é aquela em que a preposição regente do termo relativizado (*falar [do livro]*) introduz o pronome relativo, como em (i). No PB, as estratégias inovadoras de relativização envolvem o apagamento da preposição (*relativa cortadora*) — cf. (ii) — ou a recuperação do elemento nominal relativizado por um pronome lembrete (*dele*) — cf. (iii):

(i) Este é o livro de que te falei \_\_.  
 (ii) Este é o livro  $\emptyset$  que te falei \_\_.  
 (iii) Este é o livro  $\emptyset$  que te falei dele.

<sup>3</sup> A ordem básica no português é Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), p. ex. *O professor explicou a lição*. Enquanto no português arcaico (e no português europeu atual), a ordem VS era encontrada com qualquer tipo de verbo, no PB, atualmente, é encontrada em contextos muito restritos (Cf. XXX referências).

<sup>4</sup> Os padrões inovadores em perguntas diretas e indiretas incluem a perda da ordem VS.

nota 5). O que se verifica é a ampliação dos contextos sintáticos em que a oração com o infinitivo (flexionado) ocorre.

A estrutura da discussão é a seguinte. Na seção 1, apresentamos o quadro teórico e as propriedades morfosintáticas do infinitivo flexionado; na seção 2, fazemos uma análise descritiva da sintaxe das orações infinitivas no português arcaico, em oposição às orações finitas; na seção 3, traçamos um panorama das orações infinitivas no português brasileiro, demonstrando a presença do infinitivo flexionado; na seção 4, apresentamos as considerações finais.

## **QUADRO TEÓRICO E PROPRIEDADES MORFOSSINTÁTICAS DO INFINITIVO FLEXIONADO**

A presente análise adota a teoria de Princípios e Parâmetros, e pressupostos do programa minimalista de investigação linguística (Chomsky, 1995, 2001). De acordo com esse quadro teórico, a língua é um fenômeno universal, que corresponde, nos seres humanos, a uma propriedade mental inata, referida como a Faculdade de Linguagem (FL). Essa faculdade manifesta-se por um estado mental inicial, compartilhado por todos os seres humanos, e um estado mental final, que se desenvolve em função do acesso ao input linguístico de determinada comunidade linguística.<sup>5</sup> A gramática universal (GU) é um modelo que busca representar o conhecimento linguístico que se constitui nesse processo, sendo os estudos da gramática das línguas o meio de verificar a hipótese a respeito da estrutura desse modelo.

Por hipótese, a gramática universal é um sistema de princípios gerais, válidos para todas as línguas, e de parâmetros de variação, que determinam as diferenças nas propriedades gramaticais. Entre os princípios gerais constam as categorias funcionais e lexicais, que se realizam como núcleos sintáticos e projetam estruturas sintagmáticas (ou constituintes), e operações de concatenação de objetos sintáticos (núcleos e sintagmas) e de movimento de constituintes. Quanto aos parâmetros de variação, supõe-se que estão vinculados às propriedades formais dos núcleos funcionais, definidos, por sua vez, como operadores gramaticais, que licenciam as operações geradoras da estrutura oracional. Cada

---

<sup>5</sup> Chama-se *input* ao conjunto de dados linguísticos primários a que um falante é exposto durante o seu processo de aquisição de língua.

operação é, portanto, determinada pelas propriedades paramétricas do sistema gramatical em articulação com os princípios gerais da GU.

Na presente análise, investigamos a sintaxe do infinitivo flexionado no português arcaico, tomando como referência e fonte primária a obra *Diálogos de São Gregório*, considerada emblemática para a caracterização da língua nesse período (cf. Mattos e Silva, 1971). Um aspecto relevante para escolha do tema é que essa categoria está sob variação paramétrica, no contraste com outras línguas, particularmente no grupo das línguas românicas. Conforme amplamente reconhecido na tradição gramatical, na comparação com o grupo românico, o infinitivo flexionado é restrito ao português, ao galego, ao mirandês, línguas faladas na região ocidental da Península Ibérica.<sup>6</sup>

A análise dos dados demonstra que a sintaxe do infinitivo (flexionado) no português arcaico é determinada pelo estatuto sintático da oração subordinada:

- a) orações completivas selecionam infinitivos sem flexão, mas admitem a flexão em alguns casos;
- b) orações adverbiais selecionam infinitivos flexionados e não-flexionados.

Passamos à análise das estruturas relevantes nos *Diálogos de São Gregório* (doravante *DSG*), fazendo preliminarmente a caracterização do infinitivo flexionado no sistema gramatical.

## **A SINTAXE DO INFINITIVO FLEXIONADO: CONCEITOS E PROPRIEDADES MORFOSSINTÁTICAS**

O infinitivo flexionado é uma categoria morfossintática que se manifesta em estruturas de subordinação. Por codificar essencialmente as categorias formais de ‘pessoa’ e ‘número’, distingue-se da flexão verbal finita, encontrada em orações raiz (absolutas e principais) e em orações iniciadas por conjunção, em que estão presentes as marcas do sistema TMA (tempo/modo/aspecto).

---

<sup>6</sup> Para exemplificação sistemática e contrastiva do infinitivo flexionado no galego, no português, no mirandês, veja-se Rodríguez (2016), e referências ali citadas.<sup>12</sup> Fora da Península Ibérica, é reportado um tipo de flexão de infinitivo em um dialeto da Sardenha (Jones, 1993).<sup>13</sup> Cabe destacar também que o romeno não manifesta a categoria ‘infinitivo’, sendo as orações correlatas introduzidas por uma categoria gramatical específica desse contexto, nos moldes das línguas balcânicas. Essas propriedades contrastivas, embora de sumo interesse para os estudos gramaticais, na caracterização do grupo românico, não são relevantes para a presente discussão.

Por estar associado aos traços de pessoa e número, o infinitivo flexionado licencia o sujeito gramatical por meio da concordância verbal, o que explica a designação ‘infinitivo pessoal’, em oposição a ‘infinitivo impessoal’, em que o licenciamento do sujeito da oração não é determinado pelo infinitivo. Esse contraste está ilustrado a seguir.

(1) Comprei um livro para *meus filhos lerem* nas férias.

(2) *Meus filhos podem/ devem* ler um livro nas férias.

Em (1), o sujeito da oração infinitiva é ‘meus filhos’ e controla a concordância, que se manifesta pela flexão do verbo no infinitivo, pela presença do sufixo da 3ª pessoa do plural, ‘-em’. Em (2), o sujeito da oração ‘meus filhos’ controla a concordância, que não se manifesta no infinitivo, mas no verbo auxiliar ‘podem/devem’, no qual está codificada a 3ª pessoa do plural. Conforme mencionado anteriormente, na oração infinitiva, em (1), o verbo codifica apenas a 3ª pessoa do plural, enquanto na oração finita, em (2), o verbo (auxiliar) codifica também o tempo presente e o modo indicativo.<sup>7</sup>

Considerando-se que a oração infinitiva ocorre sempre como categoria dependente em relação a uma oração matriz (principal), o papel crucial da flexão do infinitivo é propiciar a presença de um sujeito com referência independente (em relação aos termos da oração matriz/principal), como acontece em (1), em que o sujeito do infinitivo, ‘meus filhos’, tem referência distinta do sujeito do verbo ‘comprei’, que é a 1ª pessoa do singular (embora possa também licenciar um sujeito correferencial com um termo na estrutura do período). Diferentemente, em outras línguas românicas, como o francês, o sujeito da oração infinitiva é sempre correferencial com um termo da oração matriz/ principal, conforme ilustrado em (3), uma possibilidade também disponível para o português (como se depreende da tradução). A sentença (4), com um sujeito lexical independente, traduzida da sentença (1) do português, é agramatical em francês — o que se explica pela ausência da categoria ‘infinitivo flexionado’ nessa língua.

(3) *J’*ai acheté une livre pour [*1s*]<sub>i</sub> lire pendant les vacances.

[*1s*]<sub>i</sub> Comprei um livro para [*1s*]<sub>i</sub> ler nas férias.

(4) \**J’*ai acheté une livre pour *mes enfants* lire pendant les vacances.

Fica, portanto, evidente o caráter específico do infinitivo flexionado no português, notadamente em relação a outras línguas românicas (ver nota 6).

<sup>7</sup> Para uma ampla descrição do paradigma formal que determina a codificação do sistema TMA na língua portuguesa, veja-se Mattoso Câmara (1970).

## AS ORAÇÕES INFINITIVAS NOS *DSG*

O primeiro aspecto a destacar nesta análise é que as orações infinitivas podem ocorrer como orações completivas e como orações adverbiais. Além disso, é recorrente a possibilidade de haver um correlato finito para a oração infinitiva — embora essa possibilidade nem sempre se verifique na língua, com consequências relevantes para a teoria gramatical. Nos dados coletados dos *DSG*, verificamos que o infinitivo flexionado ocorre preferencialmente em orações adverbiais. Interessantemente, as orações com infinitivo sem flexão ocorrem com o predicado matriz/principal causativo e perceptivo, um contexto em que, por hipótese, ocorre reestruturação de predicado. É o que passamos a demonstrar.

Conforme sistematizado no estudo seminal de Noonan (1985), a subordinação completiva se estrutura por diferentes tipos de predicados matriz, os quais constituem classes verbais relativamente estáveis nas línguas naturais. Por hipótese, as orações selecionadas por esses verbos/predicados ocorrem em posição de complemento, sendo, portanto, encaixadas estruturalmente. Dessa forma, os predicados matriz podem ser classificados como:

1. Epistêmicos: *saber, acreditar, admitir, supor*
2. Factivos: *lamentar, temer*
3. Volitivos: *querer, desejar*
4. Declarativos/ de solicitação: *pedir, rogar*
5. Causativo: *mandar, ordenar*
6. Perceptivo: *ver, ouvir*

A oração subordinada pode também ocorrer em posição de adjunção em relação à oração matriz/principal, o que explica sua designação como oração adverbial. A subordinação adverbial está geralmente associada a um nexos semântico, sendo as orações subordinadas adverbiais classificadas como causais, condicionais, concessivas, finais, proporcionais, temporais.

Outros tipos de subordinação que não se enquadram nos grupos anteriores são as orações subordinadas relativas (introduzidas por pronome relativo e também referidas como orações adjetivas, como as que foram objeto da nota 2) e as orações subordinadas

que denotam semântica de grau, a saber as comparativas e as consecutivas (estas últimas analisadas como encaixadas, pelo fato de satisfazerem a variável de grau introduzida pelo predicado da oração matriz/ principal).

Para a presente análise interessam crucialmente as orações subordinadas que se realizam como infinitivas — nesse sentido estão excluídas as adverbiais proporcionais, as subordinadas relativas e as encaixadas de grau, que sempre são finitas. Antes de passarmos à análise dos dados, apresentamos o paradigma flexional do infinitivo no português arcaico, tal como ilustrado na obra *Estruturas Trecentistas*, de Mattos e Silva (1989), cujos dados abonadores são primordialmente colhidos nos *DSG*. Veja-se também Dias ([1918]1970) e Mateus et al. (1989).

*Aprender*

1s aprender

2s aprenderes

3s aprender

1pl aprendermos

2pl aprenderdes

3pl aprenderen

Nos *DSG*, são encontradas orações infinitivas nos seguintes contextos:<sup>8</sup>

I. Em oração subordinada completiva

(A) como complemento de predicado matriz causativo e perceptivo

(5) a. *Fezeron-no ficar* consigo huus homens muito honestos e mui bõos (...)

b. E el vivendo con eles naquel moesteiro *fazja-lhis guardar* regra de vida religiosa e santa (...).

(6) a. *Vio* sa ama *chorar*.<sup>9</sup>

b. (...) *vio* arredor de si *crecer* grandes mouterias d'ortigas (...)

(B) como complemento de predicado matriz impessoal

(7) Non *ti conven* de *jejunbar*

(C) como predicação secundária

(8) a. E andando (...) *achoo-u jazzer en hua cova*

<sup>8</sup> Os dados (9) e (14) foram extraídos da edição semidiplomática de Machado Filho ([www.gruponemesis.com.br](http://www.gruponemesis.com.br)). Conforme esclarece o editor, a referida edição toma por base a edição de Mattos e Silva (1971) e presta-se aos estudos morfossintáticos.

<sup>9</sup> O exemplo (6a) é ambíguo, pois o infinitivo pode ter ou não a flexão, já que, no paradigma flexional do infinitivo, o sufixo é *zero*, na 3ª pessoa do singular.

b. (...) *acharon-no jazzer* muitas vezes *ascondudo* em sa cova

(D) como tópico, vinculando-se referencialmente ao complemento oblíquo ‘em esto’ na oração seguinte.

(9) E pois *ofereceres* en ta missa o corpo e o sangui do filho de Deus a seu padre por min, e lhi *rogares* que mi perdoe os meus pecados e *en esto* podes entender que recebeu Deus o teu rogo (...).

As orações infinitivas apresentam a contraparte finita (introduzidas por conjunção) nos *DSG*:

(E) com predicado matriz causativo

(10) (...) *mandou* Nosso Senhor per Moisen *que* non servisse nengũ ant’o seu altar

(11) (...) E *mandou que* nengũ no fosse guarda dos vasos

(F) com predicado matriz de solicitação

(12) [...] *rogo-t’eu que* mh’o declares compridamente

(13) [...] *rogo-te que* acabes o que começasti a dizer

Embora ausente nos *DSG*, incluímos o dado (14), extraído de Dom Joham Manuel, Canc. Geral, *apud* Dias ([1918]1970), documento do português arcaico, em que o infinitivo flexionado é encontrado com verbo perceptivo, em contexto de correferência com argumento em sintagma preposicional na oração matriz, no segundo termo de uma coordenação:

(14) Nunca *vy* antre privados verdadeyra amizade nem *fallar* muyta verdade(...) nem *serem* muy agoardados dos galantes senhores

## II. Em oração subordinada adverbial

(A) com nexos semântico de finalidade

(15) E *pera entenderes* tu, Pedro, como aqueles se chegam aa morte (...)

(16) [...] enviaram-no *pera* Roma hu enviavam todolos filhos dos outros homens bõõs naquel tempo, *pera aprenderen* as sete artes (...)

(17) [...] pendoraron-na ant’a porta da eigreja *pera saberem* os que aviam ainda de nacer [...]

(18) [...] muitos viinham *pera servir* Nosso Senhor com el em aquel logar hu el morava e *pera aprenderen* del e *pera seeren* seus discipulos.

(19) Viinhan muitos *pera vee-lo* e *tragian-lhi* que comesse [comer]

(B) com nexos semântico causal

(20) [...] aq̄este homem que o spiritu maāo recebeu em sa casa por hospede, feze-o mais por louvor do mundo ca *por fazer* bem e por *dizerem* os homens que fezera melhor obra que o bispo.

A oração infinitiva adverbial alterna com a oração finita (introduzida por conjunção), nos seguintes casos:

(21) E non deve nenhuu cuidar que el esto *fazia porque* receasse sofrer morte por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo.] — *causal*

(22) E non-no tentou nen lhi meteu nen huu mal em seu coraçõn *per que* leixasse sa oraçõn — *final*.

Em síntese, os padrões de distribuição do infinitivo em orações infinitivas nos *DSG* são os seguintes:

1. Em contexto de oração completiva: (a) o sujeito do verbo no infinitivo é nulo, ligado referencialmente a um argumento na oração matriz — (5a), (5b), (7), (8a), (8b) — ou é realizado por um sintagma nominal pleno em posição posposta ao verbo — (6b) — infinitivo sem flexão; o exemplo (6a) não é conclusivo (ver nota 9); (b) o sujeito do verbo no infinitivo é referencialmente independente (9); (c) o sujeito do verbo no infinitivo é ligado referencialmente a um adjunto na oração matriz, estando o verbo na segunda oração em uma coordenação de orações infinitivas (14) — infinitivo flexionado.
2. Em contextos de subordinação adverbial: (a) o argumento do verbo no infinitivo é ligado referencialmente por um argumento na oração matriz — infinitivo flexionado ou sem flexão; (b) o argumento do verbo no infinitivo tem referência independente — infinitivo flexionado.

Nos contextos de reestruturação, existe apenas uma posição de sujeito sintático, sendo o argumento (sujeito) do infinitivo licenciado pelo predicado matriz/principal (causativo ou perceptivo), como um complemento oblíquo, o que explica a ocorrência do infinitivo impessoal.<sup>10</sup> Nos demais contextos, a oração infinitiva tem sujeito próprio, e o infinitivo flexionado ocorre sempre que o sujeito tem referência independente, enquanto o

<sup>10</sup> Por hipótese, verbos causativos e perceptivos selecionam como complemento uma estrutura oracional reduzida, o que propicia a reestruturação com o verbo da oração subordinada. Em consequência da reestruturação, o predicado complexo resultante manifesta apenas uma posição de sujeito sintático, e o sujeito do infinitivo é licenciado pelo verbo da matriz (recebendo Caso acusativo). As orações com predicados causativos e perceptivos estão amplamente discutidas na literatura, em diferentes modelos de análise. Seguindo Wurmbrand (2001), assumimos que a reestruturação ocorre por meio da categoria aspectual (AspP), que introduz a oração subordinada.

sujeito (nulo) referencialmente dependente de um termo da matriz pode ser licenciado pelo infinitivo flexionado ou sem flexão. No primeiro caso, a flexão licencia um sujeito (nulo) nominativo; no segundo caso, o infinitivo é impessoal, e o sujeito é uma categoria pronominal nula, que não recebe marca canônica de caso.

Propriedades adicionais podem ser consideradas, particularmente em relação aos contextos em que o sujeito do infinitivo é referencialmente dependente de um termo na oração principal. Essas questões são discutidas no âmbito da chamada teoria do controle (de referencialidade), mas o aprofundamento dessas questões foge ao escopo deste trabalho. Passamos então a considerar o caso do português brasileiro.

### **UMA NOTA SOBRE O INFINITIVO (FLEXIONADO) NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Conforme mencionado, a despeito das mudanças que afetaram o sistema flexional do verbo no português brasileiro (doravante PB), merece nota o fato de que a categoria do infinitivo flexionado se mantém na língua. Nesse sentido, o infinitivo no PB, como no português europeu e no galego, tem a possibilidade de licenciar um sujeito (lexical) com referência independente, em relação à oração principal. Essa situação está crucialmente associada à presença da flexão de número.

Em relação à reanálise do sistema pronominal, tem-se a gramaticalização do pronome de tratamento ‘você’, que passa a integrar o paradigma dos pronomes pessoais (em substituição ao pronome ‘tu’). Por sua vez, essa categoria controla a flexão gramatical de 3ª pessoa. A expressão coletiva ‘a gente’ passa a designar inclusivamente o falante, correspondendo, portanto, à primeira pessoa do plural. Essa categoria também controla a flexão gramatical de 3ª pessoa. Diante disso, mantida a categoria de número no sistema flexional do verbo, o paradigma do infinitivo flexionado no PB, manifesta-se, na língua falada, como a seguir:

*Aprender*

1s (eu) aprender

2s (você) aprender

3s (ele/a) aprender

1pl (a gente) aprender

2pl (vocês) aprenderem

3pl (eles/as) aprenderem

Nesse sentido, a expectativa é que as propriedades citadas em relação ao português arcaico se mantenham, apesar da marcação morfossintática por meio de sufixo flexional, estar restrita à 2ª e à 3ª pessoa do plural. Essa questão está originalmente levantada por Monteiro (1996), que conduz um estudo de caráter quantitativo, no quadro teórico da sociolinguística variacionista (Labov, [1972]/2008), com dados colhidos em um corpus de língua falada (com falantes nativos de Fortaleza), em que demonstra a presença do infinitivo não flexionado em variação com o infinitivo flexionado, embora este último tenha incidência muito baixa.

Computando-se somente as orações infinitivas e desprezando-se pois as ocorrências de locução verbal, que são numerosas, mesmo assim, ele só apareceu em 20% das orações (...) E levando-se em conta apenas duas pessoas gramaticais (a primeira e a terceira, ambas do plural), já que nas demais não ocorre a flexão (...) inexitem as flexões verbais da primeira e da terceira do singular (...). Todos esses fatores diminuem ainda mais o percentual de ocorrência do infinitivo flexionado, que, em suma, não chega a 3% em relação à frequência total dos infinitivos. (Monteiro, 1996, p. 65)

Trata-se, portanto, de um fenômeno que não se identifica pela frequência, por sua distribuição sintática restrita, embora sua manifestação esteja corroborada nos dados coletados pelo autor. Após descrição das formas variáveis, o autor se detém no debate sobre os fatores que condicionam esse fenômeno, destacando-se a referência independente do sujeito e a posição do infinitivo em relação ao verbo da oração matriz/principal. Como nos dados do português arcaico, o infinitivo sem flexão é encontrado nas estruturas em que o sujeito é referencialmente dependente de um termo da matriz (30) e (31), enquanto o infinitivo flexionado ocorre com sujeito referencialmente independente (32). Além disso, o sujeito referencialmente independente em posição posposta em relação ao verbo no infinitivo pode determinar a ocorrência do infinitivo sem flexão (33), um fenômeno também encontrado em orações finitas. Nos contextos de predicado matriz causativo ou perceptivo, não existe variação, ocorrendo sempre o infinitivo sem flexão (34).

(30) (...) basquetebol era uma atração em Fortaleza que levava *centenas, milhares de pessoas* para assistir.

(31) (...) ele dá pensão para *os filhos* até *atingir* a maioridade.

(32) (...) só deu tempo de *nós almoçarmos*.

(33) (...) ela está deixando primeiro esfriar mais né .... *passar* mais *essas festas natalinas*.

(34) (...) as caldeiras moviam, *faziam girar os geradores*.

Gorsky (2000) investiga a hipótese de regularização do infinitivo como impessoal, mediante um estudo também baseado na sociolinguística variacionista e realizado com falantes nativos adultos da região sul (florianopolitanos), em que demonstra uma correlação entre uso do infinitivo sem flexão (93% dos casos) e ausência do sujeito expresso (71%).<sup>11</sup> Esse resultado, embora pareça contrariar a afirmação quanto à presença do infinitivo flexionado no PB, faz a qualificação empírica dos contextos que, desde o português arcaico, desfavorecem a flexão, a saber, aqueles em que o sujeito não está lexicalmente expresso, encontrando seu referente na oração principal. De fato, as ocorrências do infinitivo flexionado tiveram baixa incidência no corpus — de um total de 1.429 dados de infinitivos, 234 (16%) foram consideradas potencialmente sujeitas à flexão, dos quais 8% (19 ocorrências) com flexão. Além de o estudo ter controlado como variável independente a correferencialidade do sujeito, na expressão do sujeito, tendo esta se mostrado estatisticamente significativa, confirmou-se como estatisticamente significativa a relação entre o sujeito expresso e a presença do infinitivo flexionado (sendo também estatisticamente significativa a relação entre o sujeito expresso e a referência independente). Transcrevemos a seguir alguns dados citados por Gorsky (2000, p. 98).

(35) Antigamente, *pra tu ires* para o aeroporto era uma viagem (FLP 24, L1342).

(36) Hoje eu fico muito decepcionada quando eu vejo *os políticos falarem* do menor abandonado (FLP 15, L 398).

O fator linguístico que se mostrou condicionante para esta variável foi a presença formal do sujeito diante do infinitivo, com o seguinte comportamento: presença do sujeito favorece a flexão do infinitivo (peso relativo 0.86), e ausência inibe esta marcação morfológica (peso relativo 0.29) (Gorsky, 2000, p. 98)

Pesquisas no quadro teórico gerativista corroboram essas conclusões, além de apontar para a ocorrência de estruturas inovadoras no PB, em que o infinitivo flexionado está presente.<sup>12</sup> Conforme destaca Salles (2005), verbos de solicitação (*pedir*), assim como verbos volitivos (*querer*) selecionam orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*

<sup>11</sup> É interessante notar que no dialeto dessa região o pronome *tu* é produtivo na língua oral (diferentemente de outras regiões em que prevalece *você*, como pronome de 2ª pessoa).

<sup>12</sup> A ocorrência do infinitivo flexionado com predicados causativos é um fenômeno posterior na diacronia do português, conforme Martins (2004). Lima-Salles e Pilati (2011) propõem que a ocorrência tardia desse fenômeno está associada à ordem dos termos na oração subordinada. O aprofundamento dessa questão foge ao escopo deste trabalho.

(37-38), em substituição à oração subordinada com o verbo no subjuntivo (37<sup>a</sup>-38<sup>a</sup>). Em virtude do tipo semântico do verbo da matriz/principal, nesse tipo de construção, o sujeito tem referência independente. Cabe notar que a estrutura com o verbo de solicitação (37) é amplamente difundida no PB, enquanto a estrutura com o verbo volitivo (38) tem ocorrência restrita (sendo encontrada no dialeto maranhense e cearense).

PB

(37) Pediu para *os meninos comerem* o bolo.

(37<sup>a</sup>) Pediu para que *os meninos*, que [3pl] comessem o bolo.

PB *dialetal*

(38) Quer para *os meninos comerem* o bolo.

(38<sup>a</sup>) Quer que *os meninos* comam o bolo.

Vale finalmente destacar os resultados do estudo de Canever (2017), também desenvolvido no quadro teórico variacionista, que investiga a ocorrência do infinitivo flexionado em um corpus de língua escrita — especificamente constituído por teses nas áreas de ciências humanas e de ciências exatas. Partindo da hipótese de que o registro formal favoreceria o uso da flexão, tendo em vista o prestígio associado à concordância, socialmente constituído ao longo do tempo, foram analisados os contextos em que o uso da flexão é opcional — a saber, nas orações infinitivas adverbiais, nos complementos infinitivos de nomes e de adjetivos, conforme ilustrado em (39), (40) e (41), respectivamente (com dados extraídos de Maurer Jr., citados por Canever (2017, p. 3).

(39) Viemos cedo, por *estar(mos)* ansiosos de conhecer os resultados.

(40) Eles têm a vantagem de *conhecer(em)* bem o grego e o latim.

(41) Estes, certos de *ter(em)* assegurado a vitória, tornaram-se negligentes e descuidados.

Embora não tenha sido confirmada a hipótese da autora quanto ao aumento no uso da flexão nas teses produzidas no período entre 1995 e 2014, foi observado aumento na frequência do infinitivo flexionado em estruturas introduzidas por preposição ou locução prepositiva, em contextos adverbiais, e com o verbo ‘ser’ (independentemente do contexto sintático). Os resultados do estudo citado são relevantes para a presente discussão por dois pontos de vista: em primeiro lugar, vem confirmar a vitalidade do uso do infinitivo flexionado, em segundo lugar, vem demonstrar que a variação na estrutura examinada não está sujeita ao fator pressuposto, que é o prestígio social angariado pela concordância, ao longo do tempo, como resultado da escolarização. O que se constata é que a possibilidade

de licenciar o sujeito do infinitivo correferencial com um termo da oração matriz/ principal sem a flexão está disponível para as línguas em geral, uma propriedade da Gramática Universal (desde que as categorias gramaticais relevantes estejam presentes). O uso do infinitivo flexionado nesse mesmo contexto se manifesta como uma propriedade específica da gramática, cuja ocorrência permite licenciar não só o sujeito referencialmente dependente, como também o sujeito de referência disjunta — compare-se (42) com (39) acima:

(42) Viemos cedo, por estarem *nosso*s *filhos* ansiosos por nossa chegada.

Nesse sentido, não se trata de um fenômeno variável, mas de contextos sintáticos diferentes, com propriedades formais distintas, que estão disponíveis na gramática da língua em função de uma opção específica da língua. No contexto em que o infinitivo ocorre sem flexão, o sujeito da oração infinitiva é referencialmente ligado a um termo na oração matriz/ principal, dispensando licenciamento pela categoria funcional Tempo (T), associada ao Caso nominativo, na estrutura subordinada. Inversamente, a presença do infinitivo flexionado pressupõe que a categoria funcional T esteja habilitada a licenciar o sujeito, que é marcado com o Caso nominativo, em uma configuração oracional plena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, examinamos a ocorrência de infinitivo flexionado em orações reduzidas de infinitivo no português arcaico, considerando como fonte primária de pesquisa os *Diálogos de São Gregório*, na edição diplomática de Mattos e Silva (1971), bem como a manifestação dessa categoria gramatical no português brasileiro. Verificamos que o infinitivo flexionado ocorre amplamente em orações adverbiais, enquanto sua distribuição em orações completivas se restringe a estruturas introduzidas por preposição e a contextos de predicação secundária. Seguindo a tradição, verificou-se que a manifestação da flexão está crucialmente associada à presença de sujeito com referência independente na oração infinitiva. Na presença de sujeito referencialmente dependente de um termo na oração matriz/ principal, o infinitivo ocorre com ou sem flexão. Adotando o quadro teórico gerativista, argumentou-se que, nos contextos em que o infinitivo ocorre com ou sem flexão, não existe variação (laboviana), mas contraste no licenciamento formal do sujeito, que é marcado como nominativo, no primeiro caso, e fica inerte para essa marcação, no

segundo caso. Nesse sentido, cada opção corresponde a uma propriedade formal da gramática.

Retomando estudos prévios sobre a ocorrência do infinitivo flexionado no português brasileiro, com dados de língua falada e escrita de falantes do português brasileiro, submetidos a tratamento quantitativo (na metodologia da sociolinguística laboviana), constatou-se que, a despeito das transformações que afetaram o paradigma flexional dos verbos nessa língua, em decorrência da reanálise do sistema pronominal, essa categoria se mantém intacta na língua. Sua baixa incidência nos dados é atribuída a fatores independentes, como a marcação morfossintática restrita às pessoas do plural, bem como as condições de sua distribuição em contexto de subordinação.

Em relação aos demais fatores que determinam a distribuição do infinitivo flexionado nos dados do português arcaico (que se estendem ao PB), constatou-se que as estruturas com predicado causativo e perceptivo no português arcaico manifestam o infinitivo sem flexão, o que, de acordo com a presente análise, está relacionado à possibilidade de reestruturação dos predicados. No entanto, predicados com verbos perceptivos podem selecionar uma estrutura em que o infinitivo flexionado está presente, o que leva à conclusão de que, nesse caso, não ocorre a reestruturação, manifestando-se uma estrutura oracional plena. Além disso, fatores como a ordem do sujeito em relação ao verbo no infinitivo, bem como a transitividade do verbo podem ser relevantes em relação à manifestação da flexão, o que também se aplica às estruturas finitas (Pilati, 2006). Finalmente, há os casos em que a flexão do infinitivo ocorre no segundo termo de uma sequência de orações infinitivas coordenadas entre si, mas não no primeiro termo, o que aponta para a necessidade de aprofundar a investigação em relação ao papel da estrutura coordenada na retomada anafórica do termo antecedente na oração principal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANEVER, Fernanda. *Infinitivo flexionado em português brasileiro. Frequência e percepções sociolinguísticas*. 125f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CASTILHO, Ataliba. *Como, quando e onde nasceu a língua portuguesa? Em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/estacao-educativo/biblioteca/lingua/>*. Acesso em 1/12/2018.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

- DIAS, Epiphânio. *Sintaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1918.
- FARACO, Carlos A. *História Sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GORSKY, Edair. Variação no uso do infinitivo pessoal. *Organon*, 14 (28-29), 2000, p. 95-113.
- HAUY, A. *História da Língua Portuguesa I. Século XII, XIII e XIV*, São Paulo: Ática, 1989.
- HOUAISS, Antônio. *O Português do Brasil*. São Paulo: Unesco, 1985.
- JONES, Micheal Allan. *Sardinian Syntax*. London: Routledge. 1993.
- KATO, Mary; TARALLO, Fernando. *The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese*. In Schlieben-Lange, I. Villaça Koch, Jungbluth (orgs.) *Dialog zwischen den Schulen*. Münster: Nodus Publikationen, 1993/2003.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, [1972]/2008.
- LIMA-SALLES, Heloisa. M.; PILATI, Eloisa. Correlações entre a ordem sujeito verbo e as características das construções causativas no português brasileiro (PB). *Veredas – Sintaxe das Línguas Brasileiras*. v. 18, n. 1, 2014, p. 203-221. Em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/2014-2/edicoes-2014/>, Acesso em 31/03/2018.
- MAIA, Clarinda Azevedo. *História do Galego-Português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Volume I/ II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [1986]/ 2017.
- MARTINS, Ana Maria. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: a emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo, & Clara Barros (eds). Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 197-225.
- MATEUS, Maria Helena M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos Diálogos de São Gregório”*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas - elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, Estudos Gerais: Imprensa Nacional, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989) *Ensaio para uma Socio-história do Português Brasileiro*. São Paulo, Parábola, 2004.

- MATTOSO CÂMARA, Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- MONTEIRO, José Lemos A variação do infinitivo em português. *Revista de Letras*, v. 18, n. 1, jan/jul, p. 62-68, 1996.
- NOONAN, Michael. Complementation. In: Shopen, T. (org.). *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- PAIVA, Dulce F. *História da Língua Portuguesa II. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.
- PILATI, Eloisa. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. 242 f. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2006.
- ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Oxford: OUP, 2010.
- RODRIGUES, Aryon. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.
- RODRÍGUEZ, Begoña Ururburu. Construccions de infinitivo con referencia persoal no iberrománico. *Revista de Lengüas y Literatura Catalana, Gallega y Vasca*, XXI, 2016, P. 193-208.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos/Brasília, DF.: Editora da UnB, [1921]2001.
- SALLES, Heloisa M. L. Exceptional Case marking in Brazilian Portuguese. In BATLLORI, M. & M-L HERNANZ & C. PICALLO & F. ROCA (orgs) *Grammaticalization and Parametric Variation*. Oxford: OUP, 2005, p. 72-81.
- SILVA NETO, Serafim da *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença – Instituto Nacional do Livro, 1979.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- WURMBRAND, Susi. *Infinitives, Restructuring and Clause Structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.